

AGENDA
INSTITUCIONAL DO

Cooperativismo
GAÚCHO

AGENDA INSTITUCIONAL

O Sistema Ocergs apresenta a Agenda Institucional do Cooperativismo Gaúcho que tem o propósito de aprimorar o relacionamento entre as cooperativas com os três poderes em âmbito estadual, quais sejam, o Legislativo, Executivo e Judiciário. A partir dessa premissa de transparência e compromisso público recíprocos, avistamos a ampliação do diálogo, cooperação, confiança e proatividade permanente para o desenvolvimento do Cooperativismo em âmbito regional, e conta com a Frente Parlamentar de Apoio ao Cooperativismo (Frencoop-RS).

2025: UM ANO DE CELEBRAÇÃO E OPORTUNIDADES

A ONU declarou 2025 como o **Ano Internacional das Cooperativas¹**, um reconhecimento que reforça a relevância do cooperativismo para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo. A partir do lema **“Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”** se dá o reconhecimento global da importância do nosso movimento no desenvolvimento das comunidades, na promoção de inclusão social, sustentabilidade e justiça social, além de ser uma solução eficaz para os desafios sociais, econômicos e ambientais. Além disso, em sua declaração, a ONU reforça a importância das cooperativas na erradicação da pobreza, na promoção da igualdade de gênero, no empoderamento de grupos marginalizados, como mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas e na luta contra a fome e a desigualdade. Nesse contexto, o cooperativismo gaúcho ratifica o **Manifesto do Cooperativismo Brasileiro para a COP30²** e diante desses desafios globais reafirma seus princípios universais de educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Ao participar da instalação do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, a Assembleia Legislativa demonstra seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a seu foco de atuação frente os eventos climáticos que atingem o Estado, que vai ao encontro da pauta cooperativista, sendo primordial a união dos esforços nessa agenda com o legislativo e poder público estadual.

Em 2025, nosso movimento irá mais longe, conquistando novas vitórias! Vamos juntos, rumo a um futuro mais sustentável e cooperativo para todos!

Mobilizar o parlamento gaúcho, especialmente por meio da Frente Parlamentar

**RSCOOP 150 BI DE PROSPERIDADE: O PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO**

O Sistema Ocergs conta com o apoio do Poder Público gaúcho na promoção de políticas públicas que fortaleçam o cooperativismo, no reconhecimento do nosso papel protagonista no objetivo fundamental da República de construção de uma **sociedade livre, justa e solidária**, conforme determinação do preceito constitucional. Atualmente o setor representa 14% do PIB estadual com ingressos de R\$ 86,3 bilhões e atua de forma direta na reconstrução e no desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

O Sistema Ocergs conta com 370 cooperativas que possuem 3.8 milhões de associados e 76 mil empregados diretos, todos distribuídos nos sete ramos cooperativos: 1) Agropecuário; 2) Crédito; 3) Infraestrutura; 4) Saúde; 5) Trabalho, Produção de Bens e Serviços; 6) Transporte; e 7) Consumo³.

Nesse contexto, a partir do Programa RSCOOP 150 Bi de Prosperidade temos o propósito de promover o desenvolvimento econômico e social regional por meio das cooperativas, tendo como parte desse planejamento estratégico a melhoria da interação e parceria dos diversos ramos do cooperativismo e o Poder Público do Rio Grande do Sul.

Diante da convergência no propósito comum do desenvolvimento econômico e social gaúchos, reiteramos nosso compromisso de diálogo permanente, para evolução das pautas prioritárias e agendas estratégicas do Sistema Cooperativo.

Contamos com o apoio do Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais para atingirmos esse objetivo comum. A seguir, apresentamos algumas das pautas mais importantes para o cooperativismo gaúcho a partir dos ramos em que estão inseridas.

TODOS OS RAMOS

Reforma Tributária

Solicitamos especial atenção dos Poderes Executivo e Legislativo na regulamentação e transição da reforma tributária, especialmente na aferição da alíquota do regime geral que não resulte em encargo excessivo ao setor produtivo e a competitividade dos produtos e serviços gaúchos, bem como na desburocratização das obrigações principais e acessórias enquanto ambos os regimes estiverem vigentes.

Além disso, existem importantes pontos que permanecem em discussão no PLP 108/2024 que trata do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, que terá grande impacto sobre as cargas tributárias e repartição da arrecadação para os entes federados dos Municípios, dos Estados e Distrito Federal, bem como pontos específicos de atenção sobre assuntos que não foram resolvidos pela Lei Complementar 214/2025.

Plano Rio Grande e o Cooperativismo

É preciso incluir o portfólio de serviços das Cooperativas do RS no **Plano Rio Grande** oportunizando o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. Na criação de programas de investimentos com viés sustentável, é preciso assegurar que as cooperativas possam participar ativamente na elaboração de projetos e na sua implementação.

Novos Mercados

É prioritária a atuação junto a órgãos governamentais e internacionais para abertura de mercados para produtos produzidos pelas cooperativas, pela valorização do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e seu impacto econômico e social nas comunidades locais.

RAMO AGROPECUÁRIO

Crédito Rural

Apoio na estruturação dos limites e recursos do Plano Safra junto ao Governo Federal, com a atualização dos valores que não foram reajustados há vários anos, garantia do montante de recursos para equalização de taxas de juros nos investimentos e custeio, bem como para seguro rural e o Programa de Garantia da Agropecuária – Proagro. Solicitar a destinação de recursos específicos para o Rio Grande do Sul no enfrentamento dos eventos climáticos e renegociação das dívidas existentes.

Questões Ambientais

Maior esforço e agilidade para homologação do Cadastro Ambiental Rural – CAR no órgão ambiental. Apoio na criação de programas estaduais que mitiguem os efeitos climáticos causados por secas, enchentes ou outros eventos que gerem situação de calamidade pública. Modernização do processo de licenciamento ambiental estadual por meio da criação de modalidades diferenciadas de licenciamento, com níveis de exigência adaptadas ao potencial de impacto de cada atividade. Atuação em conjunto com a Famurs - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e o Ministério Público para dar celeridade ao licenciamento municipal, para modernização da legislação estadual em vigor, para projetos de uso de água na irrigação.

Intensificar ações para o aumento das áreas irrigadas em âmbito estadual, em consonância com a preocupação ambiental, mitigando obstáculos e ajuste nos valores de subvenção estadual. Ainda, reduzir as condições impostas pela linha de financiamento do ProIrriga, com a diminuição da taxa de juros para ampliar o acesso e possibilitar o investimento pelos produtores rurais.

Realização de investimentos e destinação de recursos para os serviços de defesa sanitária visando garantir maior competitividade dos produtos das cooperativas no mercado internacional.

Crédito Presumido de ICMS

Atuação da Sefaz/RS para o reconhecimento do direito ao crédito presumido de ICMS para todo o setor agropecuário, especialmente da proteína animal, garantindo assim maior competitividade a produção das cooperativas gaúchas. Dar maior celeridade no pedido de crédito presumido na transferência de produtos suínos da indústria para os supermercados das cooperativas (filiais), em trâmite perante o Confaz, para garantia da isonomia tributária das cooperativas agropecuárias em relação aos seus concorrentes do setor e varejo.

Outras demandas específicas

Observar a legislação no que se refere a aquisição de no mínimo 30% de produtos oriundos da agricultura familiar, especialmente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), favorecendo a participação das cooperativas agropecuárias que possuem tal condição, nas compras feitas pelos órgãos públicos geridos pelo Governo Estadual.

Contemplar e criar incentivos para as cooperativas na elaboração dos projetos de políticas públicas estaduais como por exemplo os projetos de recuperação de solos, irrigação, energia, internet no campo, dentre outros.

Estruturar programa de subvenção estadual para apoiar Programa de Seguro Rural, atenuando taxas de prêmio, através de mecanismos de compensação a tributos gerados pelas atividades das cooperativas e condicionados a produtores que adotem a operação 365 iniciativa que apoia a melhoria das condições e estrutura do solo.

PAUTAS PARA UM RIO GRANDE MAIS COOPERATIVO

Negócios feitos por pessoas e para pessoas.

RAMO CRÉDITO

Cooperativas de Crédito e Disponibilidades Financeiras Públicas

Pedimos a atuação do Parlamento Gaúcho, em especial da Frente Parlamentar do Cooperativismo do RS, junto à Famurs - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, para que seja reconhecida a legalidade da realização de depósitos de disponibilidades financeiras dos Municípios em cooperativas de crédito.

Além disso, muitos Municípios acreditam que somente podem operar com bancos públicos para a gestão da folha de pagamento dos servidores, sendo que em cerca de 85 municípios gaúchos só existem cooperativas de crédito como opção de instituição financeira local.

Do mesmo modo, é preciso que o Governo do Estado e as Prefeituras reconheçam e autorizem que as cooperativas de crédito atuem como agente operador do crédito consignado do público estadual e municipal, estimulando e ampliando a liberdade de negociação e taxas de juros mais acessíveis.

RAMO SAÚDE

Criação de políticas de parcerias público-privadas entre as cooperativas do ramo saúde e o Governo do Estado, oportunizando a prestação de serviços especializados.

PAUTAS PARA UM RIO GRANDE MAIS COOPERATIVO

Negócios feitos por pessoas e para pessoas.

RAMO INFRAESTRUTURA

Atuação para a universalização da conectividade como chave para o desenvolvimento econômico e social, através da aprovação de linhas de financiamento e incentivo a modelos como cooperativas de infraestrutura, possibilitando o maior acesso a conectividade.

Fortalecimento e ampliação do Programa Energia Forte no Campo.

Reconhecimento do ato cooperativo e a não incidência de ICMS para cooperativas de infraestrutura por não se caracterizar como uma comercializadora, sendo a cooperativa e seus associados os consumidores finais, nos mesmos moldes do Estado de Santa Catarina que não tributa as comercializadoras.

Mobilizar o parlamento gaúcho, especialmente por meio da Frente Parlamentar do Cooperativismo do RS (Frencoop/RS), pela rejeição e arquivamento do Projeto de Lei 011/2024. Existe vício de competência já que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é que tem a atribuição de regulação sobre energia elétrica e definir penalidades no setor (cooperativas e concessionárias).

Criação de Plano Estadual de infraestrutura Inteligente: criar um fundo para custeio de programas e ações voltadas a melhoria da infraestrutura rural, logística sustentável a exemplo de programas já existentes no Paraná.

Utilização de créditos voltados a ações de infraestrutura, especialmente relacionadas a conectividade no campo.

RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Viabilizar a participação das cooperativas nos processos licitatórios estaduais e municipais e elaborar um modelo de termo de referência para a contratação de cooperativas de trabalho nos mais diversos segmentos.

Apoio junto à Famurs na revisão da alíquota do ISS (Imposto Sobre os Serviços) incidente as cooperativas de trabalho como forma de fomento e incentivo ao cooperativismo.

RAMO TRANSPORTE

Isenção da Autorização Especial de Trânsito (AET).

Ampliar investimentos em infraestrutura, como a construção de mais pistas, pontos de descanso, áreas de paisagem e terminais logísticos modernos.

AGENDA
INSTITUCIONAL DO

Cooperativismo
GAÚCHO